

DISSOLUÇÃO DOS LAÇOS SOCIAIS MEDIADOS PELO VALOR: crise estrutural da sociedade do capital e o fim do seu processo civilizatório.

Paulo Henrique Furtado de Araujo¹

1. Introdução

Qualquer observador, mesmo desatento, é capaz de perceber o avanço em espiral expansionista de formas sociais regressivas nas sociedades do capital a partir dos anos 80 do século passado. Nos vários quadrantes do planeta verifica-se o florescer vigoroso da violência urbana e rural, das guerras tribais e guerras étnicas, da explosão de emigração e a formação de campos de contenção/concentração de emigrantes, de formas de racismo, de xenofobia, de misoginia, o fortalecimento de movimentos neonazistas e fascistas etc. Ao mesmo tempo, não pode escapar o fato de que o desemprego cresce ano após ano; constituindo-se em um indicador da incapacidade da sociedade do capital em continuar sua acumulação auto expansiva com ampliação absoluta de compra de força de trabalho. Um terceiro elemento presente nas sociedades do capital no referido período é a relativa estabilidade das taxas de lucro dos grande grupos empresariais lastreado no que Marx diz ser o capital fictício. Por fim, o componente ideológico hegemônico neste período é o chamado neoliberalismo que preconiza um ataque direto aos direitos e conquistas obtidas pela classe trabalhadora na, por muitos analistas chamada, época de ouro do capitalismo (1945-1975). O fim último deste ataque concentrado é o da recomposição das taxas sociais médias de lucro e a retomada da atividade econômica da sociedade do capital. Desnecessário dizer que tais fins não foram obtidos e os meios mobilizados em muito contribuíram para a piora do padrão civilizatório da sociedade moderna.

A hipótese que move a presente reflexão é que a teoria do valor de Marx aporta uma explicação robusta para as formas de aparecimento, acima elencadas, a partir da contradição fundante² da sociedade do capital e é capaz de sugerir consistentes explicações para a combinação entre o colapso sem fim do capital com a continuidade da reprodução dos laços sociais mediados pelo valor em ilhas de prosperidade cercadas pela mais pura barbárie³. Além do próprio Marx, mobilizamos as

¹ Professor da Faculdade de Economia da UFF, Professor do PPGE-UFF, membro do NIEP-MARX-UFF e Coordenador do GEPOC-UFF. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-1454-4888>>. Contato: phfaraujo@id.uff.br.

² Cf. ARAUJO (2022b).

³ Tratamos barbárie como o ataque ao padrão civilizatório existente ou pré-existente até a irrupção de um quadro social de suspensão dos avanços sociais, jurídicos etc. obtidos pela comunidade. Na barbárie, conquistas do gênero humano no seu processo de humanização são obliteradas e há o reforço da pura animalização do humano, situação na qual vigora a

sugestões teóricas de interpretação do pensamento marxiano sustentadas por Moishe Postone, Robert Kurz, Anselm Jappe, Ernest Lohoff e Gyorg Lukács.

2. Valor enquanto laço social

Marx, em sua obra magna, sustenta que nas sociedades em que domina o modo de produção capitalista a riqueza material aparece como uma monstruosa coleção de mercadorias. Em seguida, explica que a mercadoria é constituída por valor e valor de uso e indica o valor como a riqueza abstrata específica da sociedade do capital. Enfatiza que o trabalho produtor de mercadoria é o que atribui essa duplicidade às mercadorias. Pois este trabalho é, simultaneamente, produtor de valor de uso e valor. O trabalho determinado por mercadoria⁴ produz o valor de uso específico da mercadoria – a princípio registrado em seu próprio corpo físico⁵. A mesma práxis produtora de mercadoria constitui o valor, cuja substância é o trabalho abstrato, e valor tem no valor de uso o seu suporte. Em outras palavras, o valor só pode existir associado ao valor de uso. Marx elucida que o par categorial⁶ valor de uso e valor é um par antitético, que se encontra em contradição real⁷. Nestes casos, a contradição produz um movimento de exteriorização de um dos pares contrários sem que se verifique a suprassunção ou superação dialética. O resultado, segundo o autor, é a manifestação do valor ou o surgimento da forma do valor ou valor de troca. Neste momento, torna-se patente que há uma relação social direta entre as mercadorias e indireta entre os produtores das mercadorias. Eis a reificação das mercadorias, ou fetiche da mercadoria, em que a processualidade constitutiva da mercadoria se apaga frente à sua pura objetividade material. De tal modo que produzir mercadorias é produzir o fetiche ou a dominação abstrata do valor sobre o produtor (a humanidade). Como a riqueza especificamente capitalista é a riqueza abstrata (o valor) que só pode ser mensurada pelo tempo de trabalho socialmente necessário, a formação social do capital tem na dominação abstrata do tempo a forma

força, os desejos, paixões e o instinto de sobrevivência que se traduzem em violência aberta contra o Outro que, em potência, pode ameaçar a sua existência. Conferir MENEGAT (2006, 2012 e 2019), AGAMBEM (2004) e MBEMBE (2018).

⁴ Postone (2014) qualifica o trabalho específico da sociedade do capital como trabalho determinado por mercadorias. Algo mais do que trabalho produtor de mercadorias pois, na sociedade moderna (e somente nela), há um a priori, ou um constrangimento lógico (capital), que determina o tipo específico de práxis humana vital que produz o laço social objetivado que é uma forma reificada geradora da forma mais complexa de estranhamento social que a humanidade já produziu. A esse respeito ver LUKÁCS (2012 e 2013).

⁵ No caso de serviços, o valor de uso é a própria atividade realizada pelo produtor e este fato em nada modifica a dicotomia entre valor de uso e valor. Não por acaso, Marx diz no segundo parágrafo do capítulo 1 do Livro 1 de *O Capital* que mercadorias atendem as necessidades do estômago e da imaginação (MARX, 2017a, p. 113).

⁶ Lembrando que para o autor as categorias são “formas do ser, determinações da existência” (MARX, 2013, p.), evidencia-se que se trata de categorias ontológicas.

⁷ Cf. MARX, 2017a, p. 178.

específica de dominação, em outras palavras, já não se trata de uma simples dominação pessoal como a que se verificava nas formações sociais que antecederam o modo de produção capitalista⁸.

A dominação abstrata gera o paroxismo do estranhamento (*Entfremdung*), que segundo Lukács (2013), consiste na separação entre o desenvolvimento das capacidades do gênero humano e o desenvolvimento de cada singularidade constitutiva desse mesmo gênero. Nas formações sociais que antecederam à sociedade do capital o estranhamento estava presente, todavia, é na sociedade do capital, com a dominação abstrata e com o laço social objetivado na forma mercadoria, que se verifica uma cisão total entre os dois polos constitutivos do ser social. Além disso, o trabalho determinado por mercadoria, que é um tipo sobredeterminado de trabalho universal/geral, devém central na sociedade humana. Curiosamente, tal centralidade só se verifica na sociedade do capital⁹. Nesta formação social, o trabalho é o eixo em torno do qual toda vida social gira, é o centro da vida social, é ao que se resume cada singularidade humana – definida pelo tipo de trabalho que desempenha, de tal maneira a unilateralizar o ser humano e apagar a omnilateralidade específica de sua condição humana. Quando consideramos o processo de constituição do ser social, constatamos, com Lukács (2013), que o trabalho universal/geral é a práxis fundante desse novo ser; e o ser social tem nos seres inorgânico e orgânico sua base necessária e ineliminável e, ao mesmo tempo, se apresenta como um novo ser totalmente distinto e inteiramente produzido e reproduzido por categorias puramente sociais. As categorias puramente sociais são acionadas pela protoforma do agir humano (trabalho universal/geral) – que apresenta como especificidade categorial o par objetivação (*Vergegenständlichung/ Objektivationen*) e exteriorização ou alienação (*Entäusserung*). A protoforma do agir traz consigo a transformação simultânea do meio externo e do produtor, acionando o que Marx (2017a e 2017b) e Lukács (2013) dizem ser o afastamento da barreira natural ou o aumento da produtividade do trabalho. Neste caso, temos o que, para os autores, é a grande lei transistórica do ser social que, portanto, se apresenta em qualquer formação social: a economia do tempo de trabalho com ganho de tempo livre da obrigatoriedade do trabalho pelo produtor. Tal tendência permite constatar que o trabalho universal/geral não apenas não é o centro da vida social em formações pré-capitalistas – posto que nestas o laço social é manifesto e organizado em torno de laços sanguíneos, parentais, tradições e costumes, formas religiosas etc. – como o complexo da reprodução da vida material (economia) tende a perder importância para outros complexos constitutivos do ser social e que se desenvolvem paulatinamente ao longo das várias formações socioeconômicas: a linguagem, o direito, as artes, a filosofia, a política etc. Com o advento da sociedade estruturada pelo valor e pelo constrangimento lógico do sujeito automático, esta tendência

⁸ Cf. POSTONE (2014), DUAYER e ARAUJO (2015, 2020 e 2022), ARAUJO (2016, 2018, 2020a, 2020b, 2020c, 2021, 2022a, e 2022b) KURZ (1993, 2014 e 2018) e JAPPE (2013).

⁹ Cf. POSTONE (2014).

é bloqueada e o trabalho determinado por mercadoria torna-se o centro da vida humana. Por isso, Postone (2014) enfatiza que a crítica marxiana é crítica ao trabalho determinado por mercadoria e não crítica do capitalismo do ponto de vista do trabalho¹⁰.

A dinâmica da sociedade do capital é marcada pelo fato de que o valor de mercado não se apresenta a priori para a personificação singular do capital. O valor de mercado só se revela à personificação do capital no ato da venda das mercadorias já produzidas. Esta determinabilidade constrange a personificação a lutar permanentemente pela redução do tempo de trabalho gasto na fabricação de sua mercadoria, na expectativa de produzir com um valor individual menor ou igual ao valor de mercado. De tal maneira que se ele produz com valor individual menor, consegue apropriar-se de um mais-valor extra e se produz com valor individual igual ao valor de mercado obterá o mais-valor médio do ramo em que atua. Marx (2017a, p. 118), logo no primeiro item do capítulo 1 do Livro 1 de *O Capital* esclarece que pelo menos cinco fatores explicam o aumento da força produtiva do trabalho: a habilidade, o treinamento e qualificação média do trabalhador, a ciência e tecnologia aplicada à produção de mercadorias, o modo de organização social do trabalho, o volume e a eficiência dos meios de produção (máquinas, equipamentos e matérias-primas) e as condições naturais no interior das quais se produz. As personificações do capital recorrem, de modo permanente, à ciência e tecnologia em suas aplicações à produção de mercadorias, o que se associa com o aumento de eficiência dos meios de produção e modifica o tipo de habilidade requerida do trabalhador assalariado. O resultado da busca pelo aumento permanente da produtividade é a cada vez maior mecanização do processo produtivo, o que se manifesta pelo aumento da composição do capital. Ou seja, a relação entre capital constante (máquinas, equipamentos e matérias-primas) e o capital variável (força de trabalho) – que são formas que o capital dinheiro assume no interior do ciclo do capital (D-M-D') para viabilizar a expansão do valor – evolui de tal modo a ocorrer um aumento da quantidade física de capital constante em relação ao capital variável (o que nos aproxima do conceito de composição técnica do capital) e, ao mesmo tempo, um aumento da relação entre capital constante e variável em termos de valor (composição orgânica do capital).

Marx associa a tendência ao aumento da composição orgânica do capital ao próprio processo de acumulação capitalista (acumulação de capital, para o autor, é o reinvestimento de parte ou da totalidade do mais-valor extraído no período de produção anterior no novo ciclo de produção). A acumulação de capital, nestes termos, exige a cada nova rodada produtiva, o aumento da quantidade de capital dinheiro necessária para que a produção de capital ocorra. Essa exigência, naturalmente,

¹⁰ Há aqui uma tentativa de esclarecer que não há em Lukács ou em Marx uma ontologia do trabalho e sim uma ontologia materialista do ser social. Por esse motivo, a crítica adequada não é a crítica a uma suposta ontologia do trabalho, mas, como sustenta Postone (2014), a crítica do trabalho determinado por mercadoria que é específico da sociedade do capital.

torna-se obstáculo para as pequenas e médias personificações do capital permanecerem atuando no mercado. Associado a esta exigência, que é a concentração de capital, e em decorrência dela, Marx assinala a atuação de outro conceito, a centralização do capital. Na centralização do capital, diretamente associado à concentração de capital, os grandes capitais, no processo concorrencial, engolem os pequenos permitindo o surgimento de poucas e grandes empresas dominando os ramos de produção e os mercados. O aumento da composição do capital, que aciona a economia de capital variável, engendra uma população supranumerária, supérflua para a necessidade imediata de valorização do valor ou ainda, cria o exército industrial de reserva. Estamos diante da produção sistemática de desemprego produzida pela lógica endógena do sujeito automático que inevitavelmente aciona o aumento da composição orgânica do capital e substitui o trabalho vivo (força de trabalho) pelo trabalho morto, passado (capital constante). Ainda assim, sustenta Marx que a população supranumerária é parte constitutiva do proletariado¹¹ e, em seguida, passa a analisar a composição dessa população excedente. De imediato, abstraindo dos impactos que a flutuação cíclica conjuntural (ciclos industriais ou médios)¹² produz sobre a superpopulação relativa, Marx defende que esta superpopulação se apresenta, continuamente, sob três formas bem definidas: “flutuante, latente e estagnada” (Marx, 2017a, p. 716).

A superpopulação flutuante surge nos centros da indústria moderna¹³ e decorre da acumulação de capital que atua associada ao aumento da composição do capital. Marx adverte que neste caso “o número de trabalhadores ocupados aumenta, ainda que sempre em proporção decrescente em relação à escala da produção” (Marx, 2017a, p. 716). Ou seja, o aumento da composição do capital, manifesto como mecanização do processo, elimina postos de trabalho, contudo, como os centros da indústria

¹¹ Marx apresenta poucas definições ao longo de *O Capital*, não obstante, ele define o que é o proletário, pelo menos na seguinte passagem: “Por ‘proletariado’ deve-se entender do ponto de vista econômico, apenas o assalariado que produz valor e valoriza ‘capital’ e é posto na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização do ‘Monsieur Capital’” (MARX, 2017a, p. 690, nota 70). Em suma, proletário é trabalhador produtivo, aquele que valoriza valor para o capitalista. Acrescente-se que Marx não faz um elogio à condição proletária. Pelo contrário, ele oferece denúncia contra essa condição mutiladora do humano. Vejamos o seguinte trecho:

“(…) ao analisarmos a produção do mais-valor relativo, vimos que, no interior do sistema capitalista, todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho aplicam-se à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo de seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, arrastam sua mulher e seu filho sob a roda do carro de Jagrenái do capital. Mas todos os métodos de produção do mais-valor são, ao mesmo tempo, métodos de acumulação, e toda expansão da acumulação se torna, em contrapartida, um meio para o desenvolvimento desses métodos” (MARX, 2017a, p. 720).

¹² Cf. ARAUJO (2001 e 2014).

¹³ Aqui é importante atentar para a diferença entre setor industrial e grande indústria. Para Marx, grande indústria é a forma específica da organização da produção capitalista de mercadorias e tem por característica distintiva o uso da maquinaria desenvolvida. Neste sentido, a produção com base na grande indústria ocorre em todos os setores econômicos: indústria, agricultura e serviços.

moderna continuam a expandir a acumulação utilizando-se da matriz tecnológica específica da revolução industrial inglesa (dada pela máquina a vapor), é possível que a ampliação total das plantas produtivas que empregam menos capital variável compensem a redução da quantidade de capital variável comprado por cada planta produtiva. Enfatizo que a mesma lógica é facilmente verificada na segunda revolução tecnológica caracterizada pelos motores de combustão interna; não obstante, com a terceira e a quarta revolução tecnológica essa tendência se modifica radicalmente e passamos a verificar a redução absoluta do capital variável¹⁴.

Marx assinala que a superpopulação relativa na forma flutuante, no período da revolução industrial inglesa – seja devido a utilização da maquinaria desenvolvida ou ao menos pela aplicação da divisão social do trabalho específica da sociedade do capital – tem por característica a contratação de uma massa de trabalhadores masculinos em idade juvenil. Segundo Marx (2017a, p. 716), quando os ramos modernizados atingem certo nível de produção ocorre a dispensa, de modo majoritário, de trabalhadores masculinos juvenis que passam a compor a superpopulação flutuante indicando que esta forma cresce com o aumento da produção industrial. Estes dispensados acompanham a emigração do capital acarretando e, no caso inglês no período analisado por Marx, no aumento mais veloz da população feminina em comparação com a masculina. Com isso, prossegue Marx, evidencia-se um paradoxo produzido pelo movimento de valorização do valor: as necessidades da acumulação do capital já não são totalmente satisfeitas pelo crescimento natural da massa de trabalhadores e, ao mesmo tempo, esse crescimento ultrapassa as necessidades da acumulação. No caso em tela, ocorre que a acumulação demanda massas cada vez maiores de trabalhadores juvenis e massas menores de trabalhadores masculinos adultos. Associada a esta contradição há outra, na qual as personificações do capital queixam-se da escassez de força de trabalho enquanto há no mercado milhares de trabalhadores que, devido a divisão social do trabalho da sociedade do capital, são extremamente especializados e ligados a certos ramos da indústria (que provavelmente foram mecanizados). Por fim, e como forma de compensar esta escassez relativa, há um consumo acelerado da mercadoria força de trabalho pelo capital que ocasiona a redução da vida útil do trabalhador para a execução da tarefa de trabalho. Para estes resta o desemprego ou a busca por emprego em setores nos quais ainda vigoram formas mais bárbaras de extração de mais-valor: artesanato, manufatura, trabalho doméstico etc. Com o desgaste acelerado dessa parcela dos trabalhadores produtivos, e para garantir a continuidade do seu incremento absoluto e a recomposição das novas gerações de trabalhadores, há a proliferação de casamentos precoces que em boa medida se explicam pelas condições adstringidas em que vivem os trabalhadores neste período inicial da grande indústria.

¹⁴ Cf. KURZ (1993, 2014 e 2018), LOHOFF (2014) e JAPPE (2013).

A superpopulação latente é produto do avanço da produção especificamente capitalista na agricultura. Com esse avanço há uma redução absoluta na necessidade de força de trabalho no campo – absoluta pois aqui o aumento da acumulação de capital não ocasiona ampliação total da contratação de força de trabalho que permita atenuar a redução de postos de trabalho por unidade de produção, como era o caso nos setores não agrícolas que passam a produzir mercadorias com base na lógica da grande indústria¹⁵. Decorre que a população trabalhadora rural é empurrada para as cidades e se encontra no aguardo de condições propícias para se transformar em proletariado urbano. Eis a fração latente da superpopulação relativa e eis a circunstância que empurra o trabalhador agrícola para o pauperismo.

A terceira forma que assume a superpopulação relativa é a estagnada. Ela possui ocupação irregular sendo, por isso, parte constitutiva do exército ativo de trabalhadores e fonte sem fim de força de trabalho mobilizável pelas personificações do capital. Esta fração tem remuneração salarial inferior à média do proletariado e, por esta razão, devém fundamento dilatado para a exploração em ramos específicos do capital nos quais vigoram o maior tempo de trabalho possível associado ao menor salário praticável (por exemplo: no trabalho doméstico e nos ramos decadentes do setor industrial impactados pela mecanização do processo produtivo). Segundo Marx, (2017a, p. 718) com a expansão da acumulação de capital e a produção ampliada de supranumerários, aumenta a fração estagnada da superpopulação relativa; essa fração se produz e reproduz e passa a ocupar uma fração cada vez maior em comparação com os demais componentes constitutivos da classe trabalhadora ou proletária. Para Marx, no período em análise, o tamanho absoluto das famílias e os nascimentos e óbitos apresentam relação inversa com o nível salarial, decorrendo que a massa dos meios de subsistência para essa fração do proletariado é sempre exígua.

Uma vez apresentadas as três formas, que são bem definidas, constitutivas do exército industrial de reserva, Marx (2017a, p. 719) apresenta uma quarta forma, que não é tão bem definida, mas que é de fundamental importância para a adequada sustentação da figuração de mundo do presente artigo: o sedimento mais baixo da superpopulação relativa, aquele que se encontra no pauperismo. Marx abstrai da quota do pauperismo o lumpemproletariado¹⁶ e sustenta que esta camada pauperizada é composta por três segmentos: (a) os que são capazes de trabalhar e que, segundo as estatísticas do período, tem seu quantitativo reduzido quando a economia entra na fase ascendente do ciclo econômico¹⁷ e volta a aumentar quando eclodem as crises cíclicas e a economia passa para a

¹⁵ Como dito acima, na produção da grande indústria, com o padrão tecnológico estabelecido, verifica-se redução relativa. Em termos de sociedade do capital como um todo, esta é a tendência principal do período que vai até, pelo menos, a década de 80 do século XX.

¹⁶ Segundo o autor (MARX, 2017a, p. 719), composto por vagabundos, delinquentes e prostitutas.

¹⁷ Cf. ARAUJO, 2001e 2014.

fase descendente do ciclo; (b) os órfãos e filhos de indigentes que aspiram compor o exército industrial de reserva, portanto, o proletariado, e que são recrutados para o exército ativo de trabalhadores nas fases ascendentes do ciclo industrial; (c) os corrompidos, degenerados, degradados, andrajosos e incapacitados para o trabalho. Os indivíduos que caem nesta condição foram vítimas do capital e de sua forma específica de produção de mercadorias. São antigos trabalhadores que devido a paroxística divisão social do trabalho da sociedade do capital associada ao aumento da composição do capital, já não conseguem vender sua força de trabalho. A eles acrescentam-se os trabalhadores que estão acima da idade normal limite de um trabalhador proletário e, por fim, aqueles trabalhadores vitimizados diretamente em seus corpos físicos ou em seus laços familiares pelo valor em expansão: viúvas, doentes crônicos, deficientes físicos etc. Marx conclui que o pauperismo é produzido em conjunto com a superpopulação relativa e a necessidade do pauperismo é a necessidade da superpopulação relativa para a acumulação de capital. Além disso, ambas são condição para a existência da produção capitalista e para a acumulação de capital e, no período analisado, em que inexistiam sistemas previdenciários como os que aparecerão ao longo do século XX, o ônus de minorar o pauperismo recaí sobre a classe trabalhadora e as classes médias.

A ampliação da acumulação capitalista, em sua condição normal, ocorre com aumento da composição do capital (técnica e orgânica), expansão da centralização e da concentração de capitais e com ampliação da população supranumerária. Neste quadro, amplia-se a produção de riqueza material (mercadorias) e de riqueza especificamente capitalista (valor) e, ao mesmo tempo, verifica-se o permanente aumento da força produtiva do trabalho (produtividade) com a possibilidade do acionamento de uma quantidade cada vez maior de meios de produção mobilizando cada vez menos trabalho imediato. Em resumo, a acumulação capitalista necessariamente produz a ampliação do exército industrial de reserva, a ampliação da riqueza social capitalista está em determinação reflexiva com a ampliação da massa de desempregados. No período inicial de consolidação do modo de produção capitalista, e de estruturação do domínio abstrato do sujeito automático por todo planeta, que é o período analisado por Marx, a ampliação do exército industrial de reserva ocorria em um ritmo proporcional inferior ao da expansão da acumulação. Esse fato era condicionado pelo tipo de tecnologia disponível na época e, ainda assim, Marx compreendeu que a tendência geral do sujeito automático era a da produção ampliada do pauperismo em associação com a ampliação da população supranumerária. Agora, com a acumulação de capital, que efetua-se com aumento de composição de capital, o crescimento da população trabalhadora ocorre num ritmo mais elevado do que o crescimento das necessidades da acumulação do capital. Decorre que o sujeito automático passa a regular a quantidade de trabalhadores constitutivos do proletariado (exército ativo de trabalhadores + exército industrial de reserva + pauperismo) afastando de si a barreira natural posta pelo crescimento

vegetativo da população. Quanto mais o proletariado produz a riqueza específica do capitalismo maior é o sofrimento destes que tem o seu trabalho determinado por mercadorias, posto que se trata de um trabalho cujo sentido se perdeu para o trabalhador e no qual são os meios de produção, capital constante (trabalho morto), quem empregam o trabalhador (trabalho vivo), este (trabalhador) devém apêndice da maquinaria desenvolvida.

Simultaneamente, esta produção ampliada da riqueza específica exige dos trabalhadores, que continuam empregados, o aumento da intensidade do trabalho e ampliação da jornada do trabalho ao seu limite máximo. Decorre que quanto maior é o seu sofrimento e calvário, maior é a produção da massa de desempregados e de pauperizados. Marx (2017a, p. 719-720) arremata dizendo que aqui temos a lei geral da acumulação capitalista: a produção ampliada do pauperismo. Ele adverte que esta lei geral, como todas as leis de tendência, é modificada em sua manifestação por outras tantas circunstâncias e contratendências. Ou seja, o autor antecipa as situações que serão experimentadas pela sociedade do capital durante o funcionamento do chamado “Estado de bem-estar social” na Europa e nos EUA entre 1945 e 1974, em particular, em que a acumulação de capital ocorreu associada com a melhoria das condições de vida do trabalhador produtivo dos países capitalistas desenvolvidos. O que evidencia que esse período, em que a lei geral da acumulação foi modificada, não anula a validade da própria lei; o que pode ser constatado pelas chamadas políticas econômicas neoliberais que dominaram o cenário mundial a partir dos anos 80 do século passado e que provocaram um ataque destrutivo às instituições e às formas ideológicas do “Estado de bem-estar social”. Uma hipótese que nos parece plausível para explicar essa situação é que até o final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX, em que predomina a segunda revolução tecnológica e o padrão fordista de acumulação, era possível que a ampliação do número total de plantas produtivas, que empregavam menos trabalhadores em comparação com as plantas mais antigas, propiciassem uma redução relativa, e não absoluta, do proletariado empregado¹⁸.

Marx (2017a, p. 720-721) enfatiza que os procedimentos de produção de mais-valor e os métodos de acumulação também estão em determinação reflexiva. Decorre que os expedientes de produção de mais-valor são, simultaneamente, mecanismos da acumulação e toda expansão da acumulação devém meio para o desenvolvimento destes mecanismos. Infere-se que esta é a razão pela qual o processo de acumulação de capital acarreta que a situação do proletário (trabalhador produtivo) tende a piorar, independentemente de seu salário ser alto ou baixo. A lei geral da acumulação de capital produz a constante proporcionalidade entre o exército industrial de reserva e a

¹⁸ Algo semelhante ao verificado no caso da primeira revolução tecnológica associada à revolução industrial inglesa estudada por Marx. De todo modo, aqui é preciso considerar as lutas imperialistas pela partilha do mercado mundial e o decorrente processo de ampliação da acumulação de capital a elas associado enquanto fatores “contrarrestantes” da tendência geral da acumulação do capital indicada por Marx.

robustez da acumulação e, em função deste aspecto, prende o proletário ao capital peremptoriamente engendrando ampliação da miséria com a concomitante acumulação de capital. Marx arremata dizendo que “(...) a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital” (MARX, 2017a, p. 721).

Sustentamos que essa argumentação se desdobra na demonstração histórica oferecida pelo autor no último item (*Tendência Histórica da Acumulação Capitalista*) do capítulo 24 do Livro 1 de *O Capital*, em que ele testa a validade de sua elaboração e adianta traços gerais de um esboço do processo emancipatório do valor. O capítulo 24 tem por título *A assim chamada acumulação primitiva*¹⁹ e trata do processo social que tornou possível que a sociabilidade manifesta que organizava o mundo feudal da Europa ocidental – e as sociabilidades arrimadas em outras formas de laços sociais manifestos presentes em outros povos e regiões do planeta quando do ascenso da sociabilidade do capital – fosse obliterada e em seu lugar se instaurasse o laço social indireto mediado pelo valor; a ligação entre cada singularidade humana com sua comunidade e com o gênero humano tem que ocorrer agora através da mediação do valor, sendo que valor só pode existir na forma de mercadoria ou dinheiro (que, conforme Marx, é um tipo especial de mercadoria²⁰). Ao final deste capítulo o autor apresenta um pequeno balanço da gênese histórica do capital e conclui que se tratou de um processo no qual se verificou a conversão direta de escravos e servos em vendedores da mercadoria força de trabalho e a expropriação dos produtores diretos, com o desaparecimento de sua propriedade privada alicerçada no trabalho próprio e familiar.

Se recorrermos às observações oferecidas pelo autor nos *Grundrisse*, na seção intitulada *As formas que precederam a propriedade capitalista*, podemos aduzir que a propriedade, seja comunal ou privada, tem um papel chave na explicação do laço social das formações que precederam ao capitalismo. O autor parece sugerir que há uma relação de determinação reflexiva, em algumas dessas formações, entre ser membro da comunidade e ser proprietário, ou ter direito de uso, da terra. Certamente, este é o caso verificado na Europa Ocidental no seu período medieval. O surgimento de uma nova sociabilidade, indireta, fundada no valor objetivado na forma mercadoria e, portanto, necessariamente reificada, exigiu todo um conjunto de mudanças radicais nas formas de produção e reprodução da vida social, no aparato jurídico-ideológico-político etc. Kurz (1997 e 2002) sugere que as armas de fogo tiveram papel decisivo neste processo secular de dissolução dos laços sociais manifestos. Por um lado, a inovação das armas de fogo não exigia força física especial ou treinamento demorado para serem manuseadas. Por outro lado, mostraram toda eficácia contra a cavalaria e a

¹⁹ Acreditamos que a tradução mais adequada de *ursprüngliche* seria “original” ou mesmo “originária” e não “primitiva”.

²⁰ Cf. MARX, 2017a, cap. 2 e 3.

infantaria tradicionais do período, além de exigirem novos investimentos em fortalezas mais robustas e resistentes aos disparos dos canhões. Esses aspectos, sustenta Kurz, indicam os caminhos pelos quais a sociabilidade do valor se espalha por toda Europa ao longo do final da Idade Média. O financiamento das novas fortalezas ocorrerá pelos tributos cobrados em dinheiro, os soldados mobilizados nas campanhas militares passam a ser mercenários pagos com dinheiro etc. Decorre que o dinheiro, forma autonomizada do valor de troca, ganha centralidade na vida social, os mercenários, por exemplo, já não trabalham na terra, como faziam os antigos servos que eram convocados nos períodos em que seus senhores feudais guerreavam entre si. O acesso aos valores de uso necessários para a sobrevivência desses mercenários será através do dinheiro recebido na forma de soldo. O que exigirá a presença de vendedores de mercadorias na outra ponta e o espalhamento da sociabilidade indireta por todos os cantos. Sobre as várias transações as autoridades passam a cobrar tributos em dinheiro com o que pagavam soldos e equipamentos militares. Quando a arrecadação era insuficiente, sempre recorriam aos empréstimos bancários e à formação de dívida pública – mais um aspecto da sociabilidade do valor que é desenvolvido.

Nos momentos finais desse longo processo de nascimento do modo de produção capitalista verifica-se, segundo Marx (2017a, p. 832), a conclusão da expropriação das propriedades familiares e, com a acumulação de capital operando em toda sua pujança, prossegue, e se acelera, a expropriação dos pequenos capitais pelos grandes através da centralização do capital. As forças produtivas, prossegue o autor, se desenvolvem em uma velocidade inaudita na história humana acionando a ampliação da escala da cooperação do trabalho, possibilitando o surgimento de meios de produção que só podem ser utilizados coletivamente e acionando a economia de meios de produção pelo seu uso pelo trabalho combinado e social. Por fim, a sociedade do capital entrelaça todos os humanos, ainda em suas particularidades locais, no mercado mundial, trazendo à luz a noção de igualdade entre todas as singularidades humanas, pelo menos no âmbito de produtores de valor (trabalho abstrato) que têm que se relacionar na circulação de mercadorias enquanto seres humanos livres e iguais em sua condição de proprietários de mercadorias.

Marx acrescenta que no bojo dessa processualidade, como já visto, simultaneamente ocorre a concentração e centralização de capital com a elevação do pauperismo, o que produz um contexto favorável para “**a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista** [Negritos meus – PH]” (Marx, 2017a, p. 832). Marx sugere que a contradição entre as relações de produção constituídas pelo

capital e os meios de produção por ele engendrados²¹ entram em contradição e alcança-se “a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados” (Idem). A ênfase é posta na negação da propriedade privada capitalista que surge como negação da propriedade privada individual. Eis que a acumulação do valor produz, de modo necessário, sua negação, ou seja, a negação da negação. A negação da propriedade privada capitalista não é, para Marx, simplesmente o restabelecimento da propriedade privada individual sustentada pelo trabalho pessoal e familiar. Trata-se da constituição da propriedade individual amparada pelos paroxismos atingidos pela humanidade, na época do capital, em termos de domínio sobre as legalidades dos seres inorgânico, orgânico e social e que permitem o maior afastamento das barreiras naturais já conquistados pelo gênero humano em sua luta inconsciente pela economia de tempo de trabalho e pela conquista de tempo livre da obrigatoriedade do trabalho universal/geral. O autor conclui dizendo que a transformação da propriedade capitalista, arrimada na organização social da produção, em propriedade social será conquistada pela expropriação dos expropriadores (personificações do capital) pela massa do povo (*Volksmasse*). Curiosamente, em uma nota de rodapé, remete o termo massa do povo ao modo como utiliza a categoria proletariado no *Manifesto Comunista*. Vejamos este ponto mais de perto.

No *Manifesto Comunista*, Marx ainda não havia desenvolvido sua teoria do valor sendo evidente que a crítica aí oferecida é a crítica do capital do ponto de vista do trabalho. Deste modo, o proletário comparece como o deserdado, o pobre, o miserável e, ao mesmo tempo, ele é o operário fabril que se organiza na luta de classes do cotidiano. Defendemos que Marx, partir dos *Grundrisse* e de *O Capital*, explicita que, em seu nível mais crucial, as classes sociais são determinadas pelo valor em expansão²². Considerando a exposição oferecida em *O Capital*, podemos acrescentar que a lei geral da acumulação do capital aponta para a pauperização, para a formação não de uma classe proletária que se organiza no local de trabalho e que é cada vez mais instruída e organizada. A tendência aponta exatamente para a formação da massa do povo, uma massa de miseráveis, deserdados, estiolados etc. que constituem o aquele “peso morto do exército industrial de reserva” (Marx, 2017a, p. 719). Trata-se do sedimento mais baixo do exército industrial de reserva – no período em que o capital efetiva toda sua potencialidade (*dynamis*) e articula a totalidade da vida humana por todo o planeta – que ganha peso quantitativo e densidade ultrapassando a importância das três formas bem definidas da superpopulação relativa identificadas por Marx. A categoria massa do povo oferece a representação exata da efetivação da lei geral da acumulação do capital e indica a necessidade da adequada apreensão das categorias proletário e trabalhadores em geral para a elaboração de linhas

²¹ Sobre a contradição fundamental da sociedade do capital, entendemos que ela é a que se verifica entre valor de uso e valor e o tempo abstrato. Eles condicionam tanto as relações de produção quanto as forças produtivas da sociedade do capital. O argumento é mais bem desenvolvido em Araujo (2022b).

²² Cf. POSTONE (2014), ARAUJO (2016, 2018, 2020a, 2020b, 2021 e 2022a).

gerais para a constituição de práxis emancipatórias do valor – que é condição necessária e suficiente para a eliminação, de fato e não só jurídica, da propriedade privada articulada pelo capital.

3. Ruptura radical entre singularidade e comunidade: o laço social evanescente.

Toda a exposição e argumentação oferecida até aqui nos coloca que valor é o laço social entre os seres humanos na sociedade do capital e como o valor não pode prescindir do valor de uso, o laço social é a própria mercadoria. Ou seja, a mercadoria é a objetivação do laço social²³ que, por evidente, só pode existir de modo reificado, fetichizado. O que nos traz a questão-chave do presente artigo: o que devém se o sujeito automático²⁴, em sua contradição em processo, prescinde do capital variável em tal proporção de modo que o aumento do investimento agregado já não é capaz de proporcionar uma redução relativa deste capital variável em relação ao capital constante e assim terminamos por verificar uma redução absoluta? Neste caso, a única mercadoria produtora de valor e valorizadora de valor perde peso no processo produtivo de mercadorias, o trabalho imediato perde importância para a lógica do capital. Mas quais são as consequências para a própria dinâmica da sociedade moderna?

Como visto, na sociedade do capital as singularidades carregam em seus bolsos o laço social na forma de dinheiro ou moeda (Marx, 2014, p. 105)²⁵. A contradição fundamental da sociedade do capital engendra a separação entre forma e conteúdo, ou entre a produção de valores de uso e valor, ao elevar a composição orgânica do capital e reduzir o capital variável utilizado no processo de produção de mercadorias. Como valor somente é produzido pelo trabalho vivo, a redução da compra de força de trabalho revela uma dinâmica de acumulação contraditória que elimina o próprio produtor da riqueza específica da sociedade do capital – o valor. Torna-se patente que a terceira e a quarta revoluções tecnológicas, que levaram ao desaparecimento do padrão fordista de acumulação, efetivaram a tendência, apontada por Marx em *O Capital*, de ganho de peso, importância e densidade do sedimento mais baixo da superpopulação supérflua: os pauperizados ou a massa do povo. Neste ponto, é lícito dizer que a ética do trabalho determinado por mercadorias começa a desaparecer enquanto forma ideológica organizadora da vida da classe trabalhadora pelo simples fato de que parte substantiva da massa humana já não interessa mais às personificações para fins de exploração (extração de mais-valor).

²³ Cf. POSTONE, 2014, P. 187. DUAYER; ARAUJO, 2015, 2020 e 2022.

²⁴ Cf. MARX, 2017a, p. 230.

²⁵ A moeda é um signo ou representação do dinheiro. Ou ainda, é um símbolo do dinheiro que surge com a função de meio de circulação do dinheiro. Marx trata em detalhes esta questão no capítulo 3 do Livro 1 de *O Capital*.

Sem perder de vista que um outro papel do valor é de ser o laço social da sociedade moderna, constatamos que a redução da produção de valor, e da valorização do valor, acarreta a evanescência do laço social abstrato – o que Kurz (1993, p. 195) vai qualificar como a formação de sujeitos monetários desmonetizados. As singularidades humanas que já não conseguem vender sua mercadoria força de trabalho, e que são parte constitutiva do proletariado (trabalhador produtivo), passam a compor a massa do povo ao mesmo tempo em que perdem sua inserção social através do valor; situação em que terá de lutar desesperadamente por sua sobrevivência, disparando toda uma série de novos comportamentos e fenômenos facilmente verificáveis em várias formações sociais do mundo do capital neste início do século XXI.

A sociedade do capital, em seu período inicial de estruturação e espraiamento pelo planeta, defrontou-se com formas sociais, religiosas e ideológicas que, objetivamente, impediam a afirmação da singularidade humana, interditavam a igualdade entre cada singularidade constitutiva do gênero humano e sustentavam figurações de mundo em que algum demiurgo, por seu pôr teleológico, constituía a totalidade existente, incluso a sociedade humana. Em suma, essas formações socioeconômicas obstaculizavam o adequado conhecimento humano sobre os seres inorgânico, orgânico e natural e, com isso, bloqueavam a tendência transistórica da economia de tempo de trabalho ou do recuo da barreira natural enquanto limite para o desenvolvimento do ser social. A lógica do valor em expansão exige o conhecimento o mais adequado possível das legalidades dos seres inorgânico e orgânico e, no que diz respeito ao ser social, o conhecimento adequado à reprodução do valor e à produção de formas ideológicas que permitam a continuidade do funcionamento do sujeito automático. Além disso, como valor é trabalho abstrato, sendo uma abstração real qualitativamente homogênea – e que se diferencia quantitativamente pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário – ele traz em si a base material-objetiva da igualdade entre as singularidades humanas. Todos os humanos que produzem mercadorias produzem valor abstrato e, portanto, são iguais por este ângulo. Igualdade esta que se manifesta na esfera da circulação quando da igualação, no ato da troca, de mercadorias que são valores de uso distinto. Há nesta troca um evidente reconhecimento da presença de um terceiro elemento que torna mercadorias distintas homogêneas, portanto, iguais: o valor (trabalho abstrato).

A este aspecto próprio à lógica do capital, acrescente-se que o século XIX e o século XX foram marcados por heroicas lutas da classe trabalhadora contra as formas bárbaras de extração de mais-valor e que redundaram em significativas conquistas e avanços civilizacionais: regulamentação do nível dos salários, férias remuneradas, regulamentação da duração e da intensidade da jornada de trabalho, previdência social, sistema educacional público do ensino básico ao superior, sistema de saúde pública, transportes públicos, direito ao voto independentemente da renda e do gênero etc.

Todas estas conquistas da classe trabalhadora (aqui inclusos produtivos e improdutivos) em sua luta de classes do cotidiano em nada abalaram o sujeito automático trazendo, quando muito, dificuldades para aquelas personificações do capital que se mostraram incapazes de se colocar à altura dos novos desafios da concorrência e, por este motivo, acabaram sucumbindo perante o processo de centralização de capitais. Por evidente, como foram lutas travadas na imanência da lógica do valor, terminaram por reforçar e aperfeiçoar os mecanismos de extração de mais-valor e por acelerar o aumento da composição do capital.

O conjunto delineado nos dois parágrafos anteriores sugere que é possível sustentar que durante o período em questão a sociedade do capital portava um caráter civilizatório. Em outras palavras, é possível sustentar que houve um avanço social, quando comparamos a sociedade do capital com as velhas sociedades feudais da Europa Ocidental, em termos de direitos individuais e coletivos, garantias legais à vida, regulação jurídica do funcionamento social com uma demão de participação popular através da escolha de seus representantes nos parlamentos etc.; ainda que não esqueçamos de que se tratava de um processo contraditório no qual se verificou, simultaneamente, retrocessos e barbáries as mais variadas: massacre da Comuna de Paris em 1871, genocídio imperialista no continente africano no século XIX²⁶, as duas Grandes Guerras Mundiais etc.

Com o evanescer do laço social do valor, o que havia de civilizatório na sociedade do capital se perde definitivamente. Diante da impossibilidade de ligar-se à comunidade pela produção do valor e, por meio dele, ter acesso à sua representação autonomizada na forma dinheiro/moeda, a singularidade humana, que agora compõe a massa do povo, é obrigada a buscar alternativas e expedientes de sobrevivência em sua luta cotidiana. Há o recrudescimento de trabalhos informais e temporários com salários reduzidos e máxima intensidade e duração da jornada, a hipertrofia das máfias e milícias, o adensamento do narcotráfico, tráfico de armas, prostituição, formas religiosas que disfarçam a operação de empresas capitalistas que estimulam o empreendedorismo de autoajuda e a explosão de formas ideológicas que apontam para a salvação individual de cada singularidade, reforçando que o sucesso é benção de algum demiurgo e o fracasso é culpa da falta de fé e empenho do indivíduo que empreende – a salvação material e espiritual é sempre individual em evidente reforço da atomização da sociedade moderna. Neste quadro, cada singularidade se vê concorrendo diretamente com as outras não mais pelo posto de trabalho, mas pela sobrevivência física no cotidiano. O outro surge, com toda sua força, como o inimigo, o adversário, aquele que impede o meu sucesso e que, no limite, deve ser eliminado. A competição individual, a meritocracia, a violência aberta e o individualismo alcançam seus paroxismos e provocam o maior efeito dissolutivo possível

²⁶ Cf. caso do Congo Belga (atual República Democrática do Congo) a partir de 1876 e o genocídio capitaneado por Leopoldo II, rei da Bélgica.

sobre o que restou do *éthos* da sociedade do trabalho e das formas de organização e ideológicas do antigo proletariado – há, no interior da massa do povo, e no que restou do proletariado, a intensificação de formas de racismo, xenofobia, misoginia e o fortalecimento de movimentos neonazistas e neofascistas.

Por outro lado, o Estado moderno que, como sabemos, é a contraparte necessária do sujeito automático, continua a agir para garantir a reprodutibilidade do valor. As soluções encontradas são as da eliminação dos supranumerários da massa do povo. As formas de eliminação passam pelo encarceramento em massa, pela formação de campos de concentração ou pela eliminação física pura e simplesmente. Além disso, a aceleração da dissolução dos laços do valor acaba por tragar partes expressivas da burocracia estatal – nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), em todos os níveis e, em particular, no aparato judicial-repressivo-prisional – para o campo da ilegalidade e da atuação de um tipo de lumpemburguesia²⁷: milícias armadas, narcotráfico, tráfico de armas, tráfico de escravas sexuais e de trabalhadores em condições semelhantes ao do trabalho escravo. O produto final desta dinâmica é o surgimento do que Agamben (2004) tipifica como estado de exceção que devém modelo de governo – um estado de emergência permanente em que a legalidade formal é suspensa. Essa tendência age a tal ponto que, o que deveria ser atuação pontual de suspensão do ordenamento jurídico, torna-se política permanente e, desse modo, a exceção devém regra da governabilidade. Neste quadro os direitos básicos dos cidadãos são suspensos e todos são culpados até que se prove o contrário, numa evidente inversão de um princípio jurídico elementar e com a produção em massa de vidas humanas sem proteção jurídica (como pode ser verificado, dentre outras situações, nos casos dos judeus nos campos de concentração nazistas, dos aprisionados em Guantánamo ou dos jovens negros das periferias dos centros urbanos brasileiros assassinados aos milhares anualmente pelas polícias/milícias/narcotráfico). Recorrendo ao teórico do direito Carl Schmitt, Agamben (2004, p. 56-57) nos diz que Schmitt em sua *Politische Theologie* apresenta o estado de exceção como doutrina da soberania na qual o “soberano, que pode decidir sobre o estado de exceção, garante sua ancoragem na ordem jurídica”. Neste caso, a decisão do soberano é pela suspensão da norma jurídica e o estado de exceção expressa a “inclusão e captura de um espaço que não está fora nem dentro [da norma jurídica – PH]” e é a própria “norma anulada e suspensa”. O arremate de Agamben (2004, p. 57) merece ser reproduzido, ainda que de modo sintético: a “estrutura topológica do estado de exceção” é o estar, simultaneamente, dentro e fora da ordem jurídica. O soberano, que decide sobre a suspensão da ordem e a adoção do estado de exceção, é definido em seu

²⁷ No caso do Brasil, em particular a partir de 2019, verificamos o acesso dessa lumpemburguesia aos nichos mais importantes do aparelho de Estado nacional com o acionamento de toda uma série de negociatas e atividades que aparentam não ter amparo legal-jurídico. Com facilidade, podemos perceber que, com esse novo bloco político no poder, tem início um tipo de capitalismo de rapinagem em que a destruição acelerada do bioma do pantanal e da floresta úmida do Amazonas são dois exemplos.

ser pela exceção, significando dizer que ele “pode também ser definido pelo oxímoro *êxtase-pertencimento* [itálicos do autor]”.

Com os conceitos de necropolítica e necropoder, Mbembe (2018) esclarece que no estado de sítio não só há somente a mobilização da biopolítica, neste caso ela se desdobra em uma política da morte. Uma política que, no nosso entendimento, no período em que a sociedade do capital atinge o limite interno da acumulação de capital (ou, no dizer de Mészáros (2002), no período em que eclode a crise estrutural do capital), regula, por intermédio do soberano, a que faz referência Agambem, não somente os corpos humanos, mas seleciona os corpos descartáveis, matáveis: negros, judeus, palestinos, mulheres, gays, trans etc. Neste período é acionado todo um aparato material e ideológico – desde ideologias racistas e xenófobas até campos de concentração e eliminação sistemática dos descartáveis – caracterizando que a reprodutibilidade da sociedade do capital se efetua em um contexto de puro retrocesso civilizacional ou de pura barbárie no interior do qual o Estado moderno passa a ter a função de gestão da barbárie.

Ao se defrontar com estas questões, Canetti (2020, p. 108-109) lança a pergunta chave: quem é, afinal, esse soberano a que faz referência Agambem? E, como resposta, com a qual temos total acordo, sugere que é o sujeito automático, o constrangimento lógico abstrato, quem coage a totalidade da humanidade a operar permanentemente no estado de exceção neste período de dissolução dos laços sociais mediados pelo valor. Aqui desvela-se a necessária ligação, que buscamos sustentar neste artigo, entre a contradição fundamental da sociedade do capital, a produção ampliada de pauperismo, a redução da produção da riqueza abstrata (valor), estado de exceção e barbárie.

Kurz (1993, 2014 e 2018) e Jappe (2013) advogam que a lógica do capital, a partir da terceira revolução tecnológica, atinge seus limites internos: o aumento da composição orgânica do capital tomou tamanha proporção, com evidente manifestação sobre a taxa média de lucro, reduzindo a lucratividade das empresas capitalistas e propiciando o surgimento de mecanismos que são lenitivos destas dificuldades, dentre os quais o destaque fica para o capital fictício. Os autores sugerem que estamos em uma sociedade em colapso, todavia, ao contrário do senso comum, não se trata de um colapso que acontece instantaneamente como ocorre no caso de morte súbita de um ser vivente. Em verdade, o colapso do capital é o produtor do pauperismo e da barbárie e, permanentemente, reconstitui as condições para a manutenção de sua existência, sem provocar o colapso e desaparecimento, de fato, da sociedade do capital em um lapso temporal que tenha qualquer semelhança com o tempo de vida de um ser orgânico, para permanecermos na analogia inicial. O colapso da sociedade do capital é o processo que aciona a brutalização da vida, suspende o estado de direito, reduz à condição animalizada as singularidades humanas excluídas dos laços sociais mediados pelo valor e franqueia o desenvolvimento das formas político-ideológicas mais reacionárias. Em

outras palavras, o colapso social é o contexto em que viceja a barbárie²⁸ e cujos produtos, inelimináveis e incontornáveis, são o estado de sítio e o necropoder.

Neste quadro de colapso, barbárie e necropolítica, permanecem ilhas de prosperidade no interior das quais o valor ainda se valoriza. Elas subsistem e se desenvolvem, de modo combinado e desigual, com um mar de miséria material, violência e brutalização. Este cenário é uma das chaves explicativas para o relevo adquirido pelo capital fictício nas últimas décadas. O capital fictício²⁹ é constituído por títulos (públicos ou privados) de dívida (por exemplo, títulos de dívida pública, títulos comerciais, letras de câmbio, papéis que representam direitos de compra e venda de commodities em mercados futuros etc.) que prometem rentabilidade futura e liquidez imediata no mercado secundário (com desconto a valor presente da rentabilidade futura esperada) e remuneram o portador/proprietário considerando a produção de um valor que ainda não ocorreu e que, provavelmente, não ocorrerá. Há um claro descasamento entre o preço do título e o valor (trabalho abstrato) que ele representa, daí podermos falar de um capital fictício que é a expressão da “dessubstancialização” verificada na sociedade do capital. As bolhas financeiras verificadas na economia capitalista mundial a partir da década de 90 do século XX são marcadas pela hipertrofia do capital fictício e pelos movimentos especulativos a ele associados. Os estouros das bolhas devêm momentos de correção da separação entre o preço dos papéis e o funcionamento do mundo real do capital em sua processualidade produtora de valor. Esses lapsos temporais de correção, que são o estouro das bolhas especulativas, engendram a aceleração do pauperismo e o aprofundamento da barbárie devido a novos aumentos de falências, com maior impacto nos ramos produtores de commodities negociadas em mercados futuros, com aumento do desemprego, redução das rendas das famílias, que ainda vendem força de trabalho, e com todo o impacto negativo sobre o efeito multiplicador da demanda agregada que estes fatores proporcionam. Na sequência há o restabelecimento das condições mínimas para a retomada econômica, o que é auxiliado pela adoção de políticas macroeconômicas expansionistas que, por sua vez, engendram um novo ciclo de crescimento dos capitais fictícios e, com eles, o surgimento de novas bolhas especulativas. O que sugere que estamos diante de um ciclo permanente de aprofundamento da dessocialização radical e do aprofundamento da barbárie da sociedade do capital.

²⁸ Cf. MENEGAT (2006, 2012 e 2019).

²⁹ Cf. MARX (2017b), LOHOFF (2014), KURZ (2014), JAPPE (2013) e ARAUJO (2020c).

4. Considerações Finais

A contradição fundamental da sociedade do capital produz, de modo inexorável e inconsciente, a dissolução dos laços sociais mediados pelo valor à medida em que elimina o trabalho imediato do processo de produção de mercadorias e, com ele, a única fonte produtora da riqueza especificamente capitalista (valor). Disso decorre o surgimento de sujeitos monetários sem moeda que ingressam na condição de pauperismo e, em pouco tempo, já não têm condições de retornar às fileiras dos trabalhadores produtivos (proletários). Eles constituirão a massa do povo, o resultado histórico do processo de acumulação capitalista e sem os quais qualquer projeto emancipatório do constrangimento lógico do valor está fadado ao fracasso. Simultaneamente, a dissolução do laço social fundado no trabalho abstrato aciona outras formas de inserção do indivíduo em sua comunidade que estão articuladas por variadas formas de violência característica distintiva da barbárie que passa a dominar a sociedade do capital. O aparato judicial-policial-militar-prisional é acionado para conter o processo de desagregação social que se acelera e, com o recrudescimento do colapso do capital, este aparato termina por constituir-se em estrutura paralela ao Estado moderno assumindo as formas de grupos paramilitares, milicianos, mercenários, grupos mafiosos etc., constituindo-se em fator de reconfiguração do espaço territorial (urbano e rural) dos antigos Estados e produzindo uma tendência de fragmentação com o surgimento de uma miríade de senhores da guerra com grande semelhança ao verificado em boa parte da história medieval da Europa Ocidental.

Uma questão que se coloca é como nas comunidades periféricas, no caso brasileiro, em que esse processo é sentido em primeiro lugar e com toda intensidade, os antigos trabalhadores assalariados mantêm e reconstituem seus laços sociais. Podemos adiantar algumas hipóteses que precisam ser mais bem trabalhadas e comprovadas empiricamente: (a) é possível que ainda exista uma pequena minoria de trabalhadores proletários que mantiveram seus postos de trabalho mesmo diante da aceleração da mecanização do processo produtivo. Portanto, são vendedores de mercadoria (força de trabalho), produtores de valor e de mais-valor suportados pelas mercadorias por eles produzidas. (b) É por demais evidente que o comércio de mercadorias, ainda que seja atividade fundamental para a acumulação de capital³⁰, não produz valor e, em decorrência, não valoriza valor. Há muitos indicadores de que atividades de comércio têm grande peso e importância nas periferias, seja na forma de comércio de alimentos, de mercadorias em geral, de drogas ilícitas etc. Neste caso, a singularidade humana pode vender sua força de trabalho para o empregador e receber um salário

³⁰ Cf. MARX (2014), Livro 2.

que é a contrapartida do valor da sua mercadoria força de trabalho. O que indica que ele mantém o laço social do valor em suas ligações com o gênero humano; não obstante, ele mesmo nem produza nem valoriza valor. (c) Há os que vivem de renda, seja de aluguéis nas próprias comunidades, seja de renda oriunda de auxílios governamentais, pensões e aposentadorias etc. Neste caso, têm acesso à forma autonomizada do valor (dinheiro) e conseguem manter o laço social operando sem produzir e valorizar valor. (d) Acrescente-se as camadas que têm acesso ao signo do valor através de violência aberta, sem produzir ou valorizar valor: milícias que cobram por segurança e venda de serviços de comércio, narcotráfico, os que vivem de roubos, assaltos e outros expedientes etc. Este quadro indica uma tendência de esvanecimento acelerado do valor e a violência de todos contra todos como o mecanismo garantidor de acesso ao signo de um valor que eles já não produzem, ainda que seja produzido em outras partes da sociedade. A violência, típica da barbárie, instaura-se como um novo tipo de laço social em que o outro deve ser subjugado ou eliminado fisicamente e o Estado, com seu necropoder, passa a fazer a gestão da barbárie.

Roberto Schwarz (2014), ao tratar dos livros *Cidade de Deus* de Paulo Lins e *Estorvo* de Chico Buarque, sugere que o Brasil, desde os anos 80 do século XX, entra na fase da dissolução dos laços sociais mediados pelo valor. No caso da obra de Paulo Lins, nos diz Schwarz, há a descrição do impacto que a crise do milagre brasileiro provocou sobre as favelas (no caso a favela Cidade de Deus, no Rio de Janeiro). Com a escassez dos empregos formais, a ética do trabalho que dominava nas favelas cariocas com seus corolários de organização sindical, de formação profissional via educação, submissão a horários e padrões e deslocamentos diários até os distantes locais de trabalho, desaparece e é substituída por outro *éthos*: o da marginalidade – que oferece aos seus participantes o acesso imediato ao mundo das mercadorias e o respeito da comunidade com o ônus de uma vida curta, rapidamente tragada pelos confrontos com as forças policiais ou com outras quadrilhas ou milícias. Nesse processo, as diferenças entre autoridades e bandidos evanesce, tudo se mistura ao longo do texto que captura e descreve a própria barbárie em seu processo constitutivo no interior da sociedade carioca.

Considerando os comentários de Schwarz (2014), podemos dizer que a descrição do quadro de constituição da barbárie na sociedade brasileira feita pelo livro de Paulo Lins³¹ tem, no livro *Estorvo* de Chico Buarque, um bom complemento. Neste, já não se divisam fronteiras nítidas entre milionários e malandros, empregados e bandidos, policiais e marginais e todos orbitam o mundo das representações e imagens, o mundo das mercadorias tangíveis e intangíveis. O livro de Chico Buarque, lançado em 1991, captura os efeitos do evanescer da mediação social mediada pelo valor e

³¹ Lembrando que MENEGAT (2019) sustenta que a cidade do Rio de Janeiro, e no seu cinturão metropolitano, constituem um “laboratório avançado da barbárie” para o caso brasileiro.

seus impactos sobre as classes sociais, o exército industrial de reserva, a massa do povo e o lumpemproletariado. Seu personagem principal, numa espécie monstruosa de metamorfose física (de sua aparência) e moral, em meio a profundas alucinações que o impedem de divisar com clareza seu entorno, termina por ser agredido violentamente na rua por um desconhecido e com graves ferimentos, que provavelmente ameaçam sua sobrevivência, toma um ônibus desejoso por retornar a um local seguro – seja a casa de sua mãe, irmã, ex-mulher etc. – e conservar-se igual em circunstâncias novas em que isto já não é possível. O que, segundo Schwarz (2014, p. 223) é “a forte metáfora que Chico Buarque inventou para o Brasil contemporâneo”. Encerro acrescentando que se nos períodos que antecederam ao colapso da sociedade do capital era possível que o famoso “jeitinho” brasileiro nos ajudasse a superar as dificuldades de uma formação social na periferia do sistema mundial produtor de mercadorias, como bem retrata, dentre outros, Machado de Assis³², não há evidências de que algo parecido possa nos salvar do atual colapso, da barbárie que é seu corolário e do necropoder que o acompanha. Restando, como única saída, a busca pela constituição de laços sociais manifestos, não mais mediados pela mercadoria ou pela violência garantidora da apropriação direta de mercadoria - tal saída só poderá se efetivar se for capaz de mobilizar e organizar a massa do povo por novos caminhos a serem construídos.

5. Bibliografia

AGAMBEM, G. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004. 143 p.

ARANTES, P.E. A fratura brasileira do mundo. In. *Zero à Esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, (Coleção Baderna), p. 25-77, 2004.

ARAUJO, P. H. F. Trabalho, objetivação e alienação na ontologia do ser social de Lukács: notas introdutórias. *Germinal: marxismo e educação em debate*. 2022a. (Em fase de elaboração).

ARAUJO, P. H. F. A contradição fundamental da sociedade capitalista no livro primeiro de O capital: determinações gerais e consequências. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 2022b. (Em fase de elaboração).

ARAUJO, P. H. F. Trabalho fundante e substância do ser social segundo o último Lukács: observações preliminares. *Revista Dialectus*, v. 23, p. 365-394, 2021.

³² Cf. SCHWARZ (2007) e ARANTES (2004).

ARAUJO, P. H. F. Dominação abstrata: capital: sujeito histórico. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 12, p. 348-362, 2020a.

ARAUJO, P. H. F. As categorias classes sociais e Estado no livro primeiro de O capital. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 56, p. 21-47, 2020b.

ARAUJO, P. H. F. David Harvey: mercadoria, capital, capital de empréstimo e capital fictício: notas críticas. *Marx e o Marxismo*, v. 8, p. 269-294, 2020c.

ARAUJO, P. H. F. Notas críticas à compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando O Estado e a revolução. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 50, p. 114-141, 2018.

ARAUJO, P. H. F.. Marx: Capital, Estado e Política - Notas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 43, p. 37-62, 2016.

ARAUJO, P. H. F. Mandel e as crises econômicas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 39, p. 56-68, 2014.

ARAUJO, P. H. F.. Comentários sobre algumas teorias de ondas longas. *Revista Universidade Rural. Serie ciências humanas*, v. 23, p. 169-182, 2001.

BUARQUE, F. *Estorvo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 160 p.

CANETTIERI, T. *A condição periférica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. 171p.

DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F. Trabalho abstrato, objetivação, alienação, fetiche: Marx lido por Postone. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 62, p. 10-41, 2022.

DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F. Valor como forma de mediação social: interpretação de Marx a partir de Postone. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 57, p. 45-82, 2020.

DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F. Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuições de Lukács e Postone. *Revista Em Pauta*, v. 13, p. 15-36, 2015.

JAPPE, A. *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, 2013. 285 p.

- KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 244 p.
- KURZ, R. *Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona, 2014. 382 p.
- KURZ, R. *A crise do valor de troca*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. 133 p.
- KURZ, R. Canhões e capitalismo: a revolução militar como origem da modernidade. 1997. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kurz/1997/03/30.htm>. Acesso em: 15 set. 2022.
- KURZ, R. O estouro da modernidade: com tostões e canhões: inovação com armas de fogo, expansão pela guerra: uma olhada à pré-história do trabalho abstrato. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kurz/2002/01/09.htm>. Acesso em: 15 set. 2022.
- LINS, P. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 550 p.
- LOHOFF, E. Acumulação de capital sem acumulação de valor: o caráter fetichista das mercadorias no mercado de capitais e o seu segredo. *Revista Krisis*, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.krisis.org/2015/o-carter-fetichista-das-mercadorias-do-mercado-de-capitais-e-o-seu-segredo/>. Acesso em: 15 set. 2022.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012. 436 p.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013. 845 p.
- MARX, K. H. *O capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017a. 894 p.
- MARX, K. H. *O capital: crítica da economia política: livro 2: o processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014. 766 p.
- MARX, K. H. *O capital: crítica da economia política: livro 3: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017b. 980 p.
- MARX, K. H. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011. 788 p.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018. 75 p.
- MENEGAT, M. *A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. 370 p.

MENEGAT, M. *Estudos sobre ruínas*. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2012. 249 p.

MENEGAT, M. *O olho da barbárie*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 351 p.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002. 1104 p.

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014. 483 p.

SCHWARZ, R. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 307p.

SCHWARZ, R. Desapareceu a perspectiva de um progresso que torne o país decente. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 ago. 2007, Caderno Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1108200707.htm> . Acesso em: 05 set. 2022.